

Decreto nº 33/2025, de 28 de abril de 2025.

Dispõe sobre a regulamentação da aplicação e implementação da Lei Federal nº 13.709/2018 – LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), no âmbito do Poder Executivo Municipal de Monsenhor Hipólito – PI e dá outras providências.

O Prefeito Municipal em exercício de Monsenhor Hipólito – PI, Antônio Djalma Bezerra Policarpo, no uso de suas atribuições legais a que se refere a Lei Orgânica do Município de Monsenhor Hipólito – PI, e,

CONSIDERANDO o previsto na Lei Federal nº 13.709/2018 – LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e,

CONSIDERANDO que a proteção dos dados pessoais é um direito fundamental, previsto no inciso LXXIX, do artigo 5º, da Constituição Federal, nos termos da Emenda Constitucional n.º 115 de 10 de fevereiro de 2022 e,

CONSIDERANDO a necessidade de dotar o Poder Executivo Municipal de mecanismos de proteção de dados pessoais para garantir o cumprimento da norma de regência e,

CONSIDERANDO a necessidade da proteção da privacidade e dos dados pessoais no âmbito das atividades da Prefeitura Municipal de Monsenhor Hipólito - PI,

DECRETA:

CAPÍTULO I DA FINALIDADE

ARTIGO 1º: Este Decreto regulamenta a aplicação e implementação da Lei Federal nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no âmbito do Poder Executivo Municipal, a fim de tutelar o direito fundamental à proteção dos dados pessoais no âmbito da Administração Pública municipal estabelecendo competências, diretrizes, procedimentos gerais e providências correlatas a serem observados no âmbito da administração pública municipal, visando a garantir a proteção de dados pessoais.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS E CONCEITOS

ARTIGO 2º: A implementação da LGPD, no âmbito da Administração Pública Municipal de Monsenhor Hipólito - PI, tem os seguintes objetivos:

I – O tratamento de dados pessoais de acordo com a LGPD, primando pela segurança e proteção de dados;

II – A proteção aos direitos fundamentais de liberdade e de privacidade;

III - O livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural; e

IV – A garantia do tratamento adequado dos dados pessoais.

ARTIGO 3º: Para os efeitos do disposto neste Decreto considera-se:

I - DADO PESSOAL: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

II - DADO PESSOAL SENSÍVEL: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

III - DADO ANONIMIZADO: dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;

IV - BANCO DE DADOS: conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico;

V - TITULAR: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;

VI - CONTROLADOR: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

VII - OPERADOR: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

VIII - ENCARREGADO: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

IX - AGENTES DE TRATAMENTO: o controlador e o operador;

X - TRATAMENTO: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão,

distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

XI - ANONIMIZAÇÃO: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo;

XII - CONSENTIMENTO: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;

XIII - BLOQUEIO: suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados;

XIV- ELIMINAÇÃO: exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado;

XV- RELATÓRIO DE IMPACTO À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: documentação do controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco;

XVI - AUTORIDADE NACIONAL: órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional;

XVII- COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (CPMPD): comissão formada por representantes de pastas distintas da Administração Municipal, com o objetivo de atuar de forma deliberativa e consultiva quanto a qualquer assunto relacionado à LGPD, demais leis que possam colidir com o tema proteção de dados e sobre este decreto;

XVIII- PLANO DE ADEQUAÇÃO: conjunto de regras de boas práticas e de governança de dados pessoais que estabeleçam as condições de organização, o regime de funcionamento, os procedimentos, as normas de segurança, os padrões técnicos, as obrigações específicas para os diversos agentes envolvidos no tratamento, as ações educativas, os mecanismos internos de supervisão e de mitigação de riscos, o plano de repostas aos incidentes de segurança e outros aspectos relacionados ao tratamento de dados pessoais.

PARÁGRAFO ÚNICO: O Município de Monsenhor Hipólito - PI fica definido como Controlador.

ARTIGO 4º: O tratamento de dados pessoais no âmbito da administração pública municipal de Monsenhor Hipólito - PI deverá ser realizado para o atendimento da finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público, de acordo com o capítulo IV da Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD).

PARÁGRAFO ÚNICO: A Política Municipal de Proteção de Dados Pessoais deverá observar os princípios estabelecidos no artigo 6º da LGPD.

ARTIGO 5º: A regulamentação das normas específicas, bem como os procedimentos para a proteção e tratamento de dados no âmbito do Município de Monsenhor Hipólito – PI serão detalhadas por Norma Técnica a ser elaborada pelo Encarregado Geral de Proteção de Dados e publicada após análise e aprovação da Comissão Permanente Municipal de Proteção de Dados.

ARTIGO 6º: São diretrizes estratégicas da Política Municipal de Proteção de Dados Pessoais:

I – A observância das políticas de segurança da informação do Município;

II – A publicação e a atualização periódica das regras de boas práticas e governança, que levarão em consideração, em relação ao tratamento e aos dados, a natureza, o escopo, a finalidade e a probabilidade e a gravidade dos riscos e dos benefícios decorrentes de tratamento de dados do titular;

III – O atendimento simplificado das demandas do titular;

IV – A promoção da transparência pública, nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação (LAI);

CAPÍTULO III

COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

ARTIGO 7º: A CPMPD coordenará a implementação da LGPD no âmbito da administração pública municipal e atuará estrategicamente na avaliação da conformidade com a LGPD dos mecanismos de tratamento de dados pessoais existentes na administração pública municipal e na proposição de ações gerais e estratégicas à proteção dos dados pessoais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Deverá obrigatoriamente fazer parte da CPMPD assessoria jurídica com conhecimentos da LGPD necessários para o tratamento de dados, competindo a ele a prestação de orientação jurídica.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A composição e estruturação da CPMPD será realizada posteriormente por meio de portaria;

ARTIGO 8º: São atribuições da CPMPD:

I – Realizar supervisão estratégica dos mecanismos, políticas e metas de proteção de dados pessoais existentes, visando estabelecer a conformidade do Poder Executivo Municipal com as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018;

II – Formular e definir princípios, diretrizes e estratégias gerais para a proteção dos dados pessoais no âmbito do Poder Executivo Municipal e propor sua regulamentação;

III – elaborar projetos, ações e metas para a adequação do tratamento de dados pessoais realizado no âmbito da administração;

IV – Propor a edição de normas gerais sobre tratamento e proteção de dados pessoais no âmbito da administração pública municipal, a serem encaminhadas para deliberação final do Prefeito;

V – Monitorar e fiscalizar a execução dos planos, dos projetos e das ações gerais aprovados para viabilizar a implantação das diretrizes previstas na LGPD;

VI – Propor a adoção de medidas de segurança técnicas e administrativas gerais aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com apoio do Encarregado pelo tratamento dos dados pessoais;

VII – Prestar orientações gerais sobre o tratamento e a proteção de dados pessoais de acordo com as diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº 13.709/2018, e neste Decreto;

VIII – Exercer outras atividades correlatas;

IX – Estabelecer soluções e planos para resposta a incidentes de segurança e vazamento de dados.

ARTIGO 9º: Poderá ser instituído pela CPMPD grupo de trabalho que terá suas atribuições definidas posteriormente por meio de portaria.

PARÁGRAFO ÚNICO: O Grupo de Trabalho poderá ser instituído e desconstituído, a qualquer tempo, a critério da CPMPD, revogando a portaria de designação.

CAPÍTULO IV DAS OBRIGAÇÕES

ARTIGO 10: A Administração Pública Municipal, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018, deve realizar e manter continuamente atualizados:

I - O mapeamento dos dados pessoais existentes e dos fluxos de dados pessoais em suas unidades;

II - A análise de risco;

III - O plano de adequação, observadas as exigências constantes em norma específica;

IV - O relatório de impacto à proteção de dados pessoais.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para fins do inciso III do caput deste artigo, deverão ser observadas as regras editadas pelo Encarregado - Geral de Proteção de Dados do Município, após deliberação favorável da Comissão Permanente Municipal de Proteção de Dados (CPMPD).

ARTIGO 11: É vedado aos Órgãos e Entidades Municipais transferir a entidades privadas dados pessoais constantes de bases de dados a que tenha acesso, exceto:

I - Na hipótese de execução descentralizada de atividade pública que exija a transferência, exclusivamente para esse fim específico e determinado, observado o disposto na Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação);

II - Na hipótese em que os dados forem acessíveis publicamente, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018;

III - Quando houver previsão legal ou a transferência for respaldada, por meio de cláusula específica, em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, cuja celebração deverá ser informada pelo responsável ao Encarregado do Município;

IV - Na hipótese da transferência dos dados objetivar exclusivamente a prevenção de fraudes e irregularidades, ou proteger e resguardar a segurança e a integridade do titular dos dados, desde que vedado o tratamento para outras finalidades.

V - Seja obtido o consentimento do titular, salvo nas hipóteses de dispensa de consentimento previstas na Lei Federal nº 13.709/2018;

VI – Quando atender a finalidades específicas de execução de políticas públicas e atribuição legal pelos órgãos e pelas entidades públicas, respeitados os princípios de proteção de dados pessoais elencados no artigo 6º da LGPD;

VII – alguma outra hipótese, desde que prevista em lei, regulamento ou autorização pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

CAPÍTULO V

DO ENCARREGADO PELO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

ARTIGO 12: O Prefeito Municipal de Monsenhor Hipólito - PI, deverá designar um Encarregado pelo Tratamento dos Dados Pessoais, nos termos do disposto no inciso III do artigo 23 e no artigo 41 da Lei Federal nº 13.709/2018.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Poderá ser designado pela CPMPD, sub encarregados e encarregados suplentes desde que seja considerado necessário para o tratamento e proteção de dados;

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso da necessidade prevista no parágrafo acima, serão designados por Portaria pela autoridade mencionada no caput desse artigo, devendo ser dada transparência e publicidade dessa designação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A Prefeitura Municipal designará a encarregada responsável Valmira Bezerra Policarpo para o tratamento de dados pessoais.

ARTIGO 13: Compete ao Encarregado de Proteção de Dados do Município além das atribuições ordinárias para o desempenho da função previstas na Lei 13.709/2018 e demais dispositivos deste decreto:

I - Atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), cumprindo com atribuições constantes em Norma Técnica específica e com atribuições que possam vir a ser estabelecidas pela ANPD;

II - Elaborar juntamente com a CPMPD, Norma Técnica contendo a regulamentação específica, bem como os procedimentos para a proteção e tratamento de dados no âmbito do Município de Monsenhor Hipólito - PI;

III - Elaborar o Relatório de Impacto à proteção de dados pessoais com a descrição dos processos de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como, as medidas e salvaguardas e mecanismos de mitigação de riscos;

IV- Informar a Autoridade nacional de Proteção de Dados a comunicação ou o uso compartilhado de dados pessoais de pessoas naturais ou jurídicas de direito privado;

V– Definir conjuntamente com corpo jurídico e o Chefe do Executivo as indicações para a composição da Comissão Permanente Municipal De Proteção De Dados;

VI - Encaminhar orientações e diretrizes acerca da matéria, que devem ser atendidas por todos os servidores e respectivos titulares das pastas nos prazos eventualmente por ele consignados;

ARTIGO 14: Ficará a cargo do encarregado conjuntamente com a Comissão Permanente Municipal De Proteção De Dados a orientação dos servidores, terceirizados, contratados, conveniados e dos demais parceiros a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais;

CAPÍTULO VI DOS DIREITOS DO TITULAR

ARTIGO 15: O titular dos dados poderá apresentar de forma expressa, diretamente ou por meio de representante legalmente constituído, solicitação e pedido de acesso de informação nos sistemas disponibilizados relativo ao tratamento de dados pessoais pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A manifestação deverá ser realizada conforme o artigo 16 deste Decreto;

PARÁGRAFO SEGUNDO: O órgão deverá responder ao requerente, conforme os prazos estabelecidos nos sistemas e normas que o regulam;

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em caso de impossibilidade de adoção imediata da providência objeto da manifestação, a resposta poderá:

I – Comunicar que não é agente de tratamento dos dados e indicar, sempre que possível, o agente; ou

II – Indicar as razões de fato ou de direito que impedem a adoção imediata da providência;

PARÁGRAFO QUARTO: É direito do requerente obter o inteiro teor da decisão de negativa de sua manifestação.

ARTIGO 16: O titular dos dados poderá apresentar de forma expressa, diretamente ou por meio de representante legalmente constituído, solicitações relativas ao tratamento dos seus dados pessoais pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal por meio de protocolo direcionado ao encarregado de dados do município, ou por meio de e-mail que será disponibilizado no site oficial do Município, devendo a solicitação constar a identificação do requerente e a especificação da solicitação requerida.

PARÁGRAFO ÚNICO: Entende-se por solicitação, para fins de aplicação deste artigo, o exercício pelo titular dos dados dos direitos previstos na LGPD que se apliquem ao poder público.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 17: As disposições estabelecidas neste Decreto deverão ser revisadas e aperfeiçoadas, conforme sejam implementados os respectivos procedimentos de conformidade do Poder Executivo Municipal à LGPD.

ARTIGO 18: Os casos omissos deverão ser dirimidos tendo em vista o contido na Lei Federal nº 13.709/2018, ou outra que vier a substituí-la, sendo tal norma legal fundamento de validade geral do presente decreto.

ARTIGO 19: Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo de 01 de janeiro de 2024.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

Prefeitura Municipal de Monsenhor Hipólito-PI, 28 de abril de 2025.



ANTÔNIO DJÁLMA BEZERRA POLICARPO
PREFEITO MUNICIPAL